(Cis)binariedade de Gênero na Pesquisa Contábil: em busca de uma revisão crítica da (in)visibilidade na literatura

Autoria

Akira Aikyo Galvão - akiraaikyogalvao@gmail.com
MBA em Gestão de Pessoas / USP - Universidade de São Paulo
PPGCC / UFU - Universidade Federal de Uberlândia

Juh Círico - juhcirico@gmail.com
Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis / UFU - Universidade Federal de Uberlândia

Silvia Pereira de Castro Casa Nova - silvianova@usp.br
Curso de Pós-Grad em Controlad e Contab/Facul de Economia, Admin e Contab – PPGCC/FEA / USP - Universidade de São Paulo
Mestrado em Ciências Contábeis / Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Marli Auxiliadora da Silva - marli.silva@ufu.br
Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis / UFU - Universidade Federal de Uberlândia

Resumo

Neste estudo, objetivamos revisar criticamente as pesquisas contábeis que abordaram gênero e foram publicadas em periódicos de contabilidade no Brasil. Ao todo, foram revisados 72 artigos, com a identificação de quatro cenários distintos: I) há artigos que utilizam erroneamente apenas o termo “sexo”; II) há artigos que utilizam os termos sexo e gênero simultaneamente, considerando erroneamente o termo “sexo” como sinônimo de gênero; III) há artigos que utilizam corretamente o termo gênero, mas numa perspectiva cisgênera e binária; IV) há artigos que utilizam corretamente o termo gênero, incluindo parcialmente pessoas não-binárias e excluindo mulheres trans, travestis, homens trans e transmasculinidades. Nosso estudo contribui com a lacuna na literatura contábil sobre identidades de gênero não-cisgêneras, e ao oferecer recomendações para que, pesquisadoras/es e periódicos de contabilidade, incluam a diversidade de identidades de gênero nos estudos da área.

(Cis)binariedade de Gênero na Pesquisa Contábil: em busca de uma revisão crítica da (in)visibilidade na literatura

Resumo
Neste estudo, objetivamos revisar criticamente as pesquisas contábeis que abordaram gênero e foram publicadas em periódicos de contabilidade no Brasil. Ao todo, foram revisados 72 artigos, com a identificação de quatro cenários distintos: I) há artigos que utilizam erroneamente apenas o termo "sexo"; II) há artigos que utilizam os termos sexo e gênero simultaneamente, considerando erroneamente o termo "sexo" como sinônimo de gênero; III) há artigos que utilizam corretamente o termo gênero, mas numa perspectiva cisgênera e binária; IV) há artigos que utilizam corretamente o termo gênero, incluindo parcialmente pessoas não-binárias e excluindo mulheres trans, travestis, homens trans e transmasculinidades. Nosso estudo contribui com a lacuna na literatura contábil sobre identidades de gênero não-cisgêneras, e ao oferecer recomendações para que, pesquisadoras/es e periódicos de contabilidade, incluam a diversidade de identidades de gênero nos estudos da área.

Palavras-Chave: Invisibilidade. Gênero. Transgeneridade. Não-binariedade. Pesquisa Contábil.

1 Introdução

Estudos em diversidade na contabilidade denunciam as opressões interseccionais presentes na área que é opressora a grupos minorizados que estão em situação de desvantagem social e, como apresentado nos estudos, a área contábil é racista (Anjos et al. 2023; Silva, 2016), homofóbica e heteronormativa (Rumens, 2016), sexista, masculina e masculinizante (Lima, Casa Nova & Vendramin, 2023), capacitista (Souza & Silva, 2023) cisnormativa e transfóbica (Círico, Telle & Galvão, 2021; Santiago, Barros & Bonfim, 2019), dificultando o acesso e a permanência de pessoas diversas na contabilidade, impactando negativamente na falta de representatividade da diversidade nos ambientes contábeis acadêmicos e organizacionais, gerando sentimento de não-pertencimento a área contábil.

Pesquisas sobre as vivências de pessoas com características pessoais diversas na contabilidade e que não correspondem ao "padrão contábil ideal" do homem, branco, cisgênero, heterossexual e sem deficiência (Círico & Silva, 2024), relevam experiências negativas, marcadas pelo preconceito e discriminação (Anjos et al. 2023; Círico, Telle & Galvão, 2021; Silva, 2016; Santiago, Barros & Bonfim, 2019; Souza & Silva, 2023), resultando em rejeição, exclusão e expulsão desses ambientes. Dentre os marcadores sociais da diferença mencionados, neste estudo, investigamos sobre o marcador social de gênero, para além da cisgeneridade e binariedade, por meio da pesquisa sobre as pessoas transgêneras binárias (mulheres trans e homens trans), travestis, transmasculinos e não-binárias que, segundo Círico, Telles e Galvão (2021) enfrentam desafios para permanecer na área contábil, acadêmica e empresarial.

Além disso, Egan (2021) salienta que pouca atenção tem sido direcionada para as vivências e demandas das pessoas trans na contabilidade, pessoas estas que no Brasil, são lançadas para as margens da sociedade, haja vista que vivem no país mais transfóbico, excludente e violento em todo o mundo, e que está no topo do ranking pelo décimo quinto ano consecutivo (Benevides, 2024). Inclui-se nesse cenário opressor contra pessoas trans e travestis, a contabilidade. Santiago, Barros e Bonfim (2019) apresentaram as vivências de duas mulheres trans na profissão contábil que foram marcadas pela transfobia, ao terem que recorrer à gerência para reivindicar acesso a direitos básicos que foram negados dentro de organizações contábeis, tais como, uso do Nome

Social no crachá, tratamento pronominal correto, respeito à identidade de gênero, uso do banheiro e vestiário de acordo com o gênero de identificação, uso de uniformes adequados para cada pessoa trabalhadora.

Assim, considerando as opressões contábeis a corpos dissidentes de gênero na área e a pouca atenção dada às pessoas não-cisgêneras na literatura contábil, nosso estudo parte das seguintes questões-problema: De que forma a literatura contábil nacional apresenta o marcador de gênero nos estudos? Que identidades de gênero são visibilizadas nos estudos nacionais de contabilidade? Para responder aos problemas de pesquisa, objetivamos com este estudo revisar criticamente as pesquisas contábeis que abordaram gênero e foram publicadas em periódicos de contabilidade do Brasil. Para isso, optamos em buscar artigos diretamente das revistas nacionais de contabilidade, com maior classificação na Capes (Qualis A2), e que são avaliadas na área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo.

A seguir, apresentamos o referencial teórico composto por duas temáticas, sexo x gênero e sobre a contabilidade biologizante, em seguida, a trajetória metodológica para o desenvolvimento da revisão crítica, os resultados, discussão dos resultados e, por fim, apresentamos as considerações finais e as referências utilizadas. O estudo foi desenvolvido por integrantes do Projeto TransFormar, do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Gênero, Raça e Sexualidade da Universidade de São Paulo (Generas/USP). Nossa pesquisa contribui com a lacuna da literatura contábil sobre cisgeneridade, transgeneridade, travestilidade, transmasculinidade e não-binariedade, refletindo criticamente sobre a importância das pesquisas em contabilidade incluírem identidades de gênero diversas, por meio da inserção de mulheres trans, travestis, homens trans, transmasculinos e pessoas não-binárias, tanto no bloco de informações sociodemográficas presentes em questionários, quanto em roteiros de entrevista nas pesquisas contábeis que envolvem seres humanos.

2 Sexo x Gênero

Gênero e sexo são frequentemente abordados na literatura acadêmica como sinônimos, em tentativas, talvez não intencionais, mas equivocadas, de presumir que, em essência, representam o mesmo objeto (Nascimento, 2021; Círico, 2024). O "tropeço" ocorre quando pesquisadores utilizam sexo e gênero para se referirem à designação bio-determinista a partir do órgão genital realizada no momento do nascimento (Fausto-Sterling, 2006), ou ainda, quando comungam em desarmonia com a teoria Queer (Butler, 2018) da premissa de que o sexo está para natureza, assim como o gênero está para cultura. Apesar de ser pedagogicamente conveniente nos primeiros passos nos estudos de gênero, é preciso se desapegar desta representação, visto que o sexo, assim como o gênero, é discursivamente fabricados (Butler, 2000).

O sexo bio-cultural para a ‘definição’ como o conhecemos socialmente, e não apenas biológicamente, corresponde a reprodução binária limitada a partir da diferença sexual, processo determinista de entendimento cisgênero e binário questionado por pesquisadores e escritores pós-estruturalistas (Butler, 2000; Preciado 2022). A divisão binária do sexo: “macho” e “fêmea” são produtos das práticas de bio-poder que ocorrem em fases distintas da história (Foucault, 1988).

Anterior a diferença sexual, no século XV, conforme a figura 1, existia para a sociedade apenas um “sexo biológico”, e dois “sexos sociais” (a designação homem e mulher era de caráter estritamente relacional), cujo o corpo da pessoa com o pênis projetado para fora (phallus) era completo, quente, seco e referência para todo o universo. O corpo da pessoa com o pênis projetado

para dentro, também denominado phallus (vagina), era visto como incompleto, frio e úmido (Laqueur & Whately, 2001).

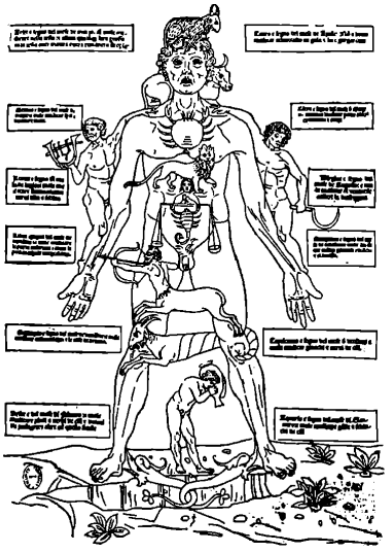

Figura 1: Homem zodiacal italiano do final do século XV.

No século XVI, os corpos eram reconhecidos sociologicamente e, agora anatomicamente, ainda como o sexo singular, sendo distinguidos apenas pela posição do phallus (falo), uma vez que, não havia mais de uma nomenclatura para designar o mesmo genital (Laqueur & Whately, 2001). As ilustrações da época, conforme a figura 2, apresentam uma representação da vagina como um pênis invertido.

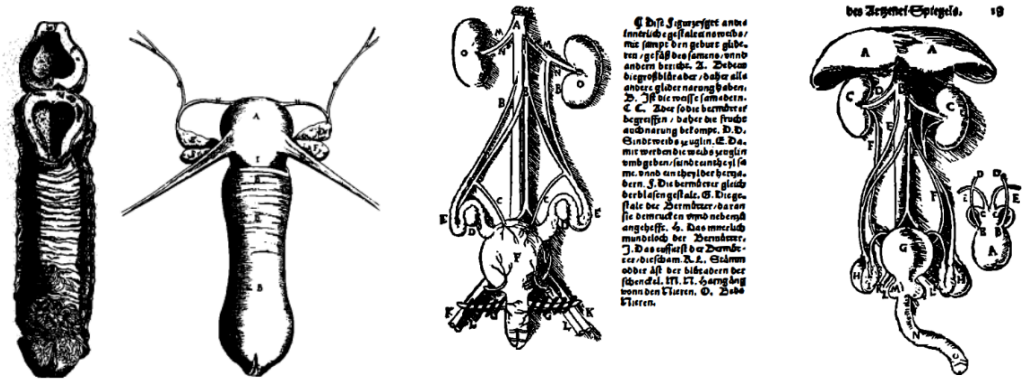

Figura 2: Vagina como pênis

Na figura 2 à esquerda é apresentada a partir de uma dissecção, uma vagina (*phallus* interno) e as semelhanças com o *phallus* externo (a ser comparada com o pênis). À direita, temos um *phallus* interno (vagina e útero) a fim de ilustrar a proximidade biológica entre os genitais. A procura anatômica renascentista de comprovar o isomorfismo pênis/vagina (*phallus* externo/*phallus* interno) foi nutrida até a 'nova ciência, mas o mesmo sexo' no final do século XVI, com a "descoberta" do clitóris por Renaldus Colombo, o qual, alegava que havia identificado o "pênis feminino", que, se devidamente estimulado poderia se enrijecer e proporcionar prazer.

Apesar do sexo anatômico ser considerado singular, os papéis sociais dos "sexos" (atualmente denominado como gênero) eram definidos e reproduzidos culturalmente (Laqueur & Whately, 2001).

A necessidade de fortalecer a diferença de poder entre os corpos é fomentada a partir da ascensão do cristianismo, do iluminismo e do casamento como contrato no século XVII (Almeida, 2022). Embora o discurso do *phallus* superior (próximo da perfeição) em detrimento do *phallus* inferior (distante da perfeição) já acontecesse na medicina renascentista com o pênis projetado para fora como um status do sexo "real", foi necessário "divinizar" o poder, e assim, as relações de controle alcançaram a sexualidade denominada como "natural", mantendo o caráter binário - o ativo (penetrante) e passivo (penetrado), que interagem com as posições sociais, políticas e religiosas, reforçando que, o sujeito com pênis possui "maior relevância" e autoridade em relação ao sujeito com vagina (Laqueur & Whately, 2001).

O sexo é dependente do discurso, o argumento do poder natural não se sustenta exclusivamente pela anatomia dos corpos, foi por meio da soma da religião e da política com a narrativa biologizante, que se nutriu uma campanha discursiva de poder, fortalecida economicamente (mercado de trabalho) e socialmente (papéis de gênero) a fim de se produzir uma cultura binária e hierárquica (Butler, 2000; Laqueur & Whately, 2001). O binarismo médico, religioso e político não possui uma equivalência entre macho e fêmea, o binarismo pressupõe que haja uma definição de hierarquia entre o dominador e o dominado - macho e fêmea (Butler, 2000).

A visão binária falocêntrica (discurso centrado no *phallus*) se propagou com maior intensidade nos séculos seguintes (XVIII, XIX e XX) nas ciências médicas e sociais, impactando o entendimento de autores que produziram suas pesquisas alicerçadas na diferença sexual, com destaque para Freud no século XX, que conduziu e registrou grande parte das suas observações clínicas, inclusive as que futuramente conceberam a Psicanálise como método, a partir da diferença sexual (Preciado, 2022). Autores como (Pombo, 2019; Butler, 2020; Christofoletti da Silva Gabriel et al., 2022; e Preciado, 2022) problematizam a perspectiva clínica falogocêntrica psicanalítica a partir da diferença sexual como referência à elaboração da subjetividade humana.

O termo 'falogocêntrico', cunhado por Jacques Derrida, representa a união dos conceitos falocentrismo e logocentrismo (Derrida & Roudinesco, 2004), que juntos significam: o *phallus* responsável pela construção do sentido (Cixous & Clément, 1986). A psicanálise, assim como as demais áreas: ciências médicas, psicológicas e sociais, foram fabricadas a partir da diferença sexual, reforçando a superioridade masculina em detrimento da feminina, o sujeito real e possível tem pênis e poder, já o sujeito falho e incompleto tem vagina e histeria (Preciado, 2022).

Os supostos "sexos naturais", são discursivamente produzidos, implementados e reforçados como norma, contudo, há existências que por séculos desafiam a precária naturalidade da diferença sexual clínica, cristã e patriarcal, são elas, pessoas travestis, transgêneras, transmasculinas, intersexos e não-binárias (Butler, 2020; Nascimento, 2021; Preciado, 2022; Círico, 2024). Na medicina do século XX, que atribuía a qualquer manifestação de gênero que desafiasse a diferença sexual o "selo" de patologia, John Money foi quem utilizou pela primeira vez em 1950 o termo gênero na clínica (Lattanzio & Carvalho Ribeiro, 2018), para o psicólogo e sexólogo norte-americano, havia os sexos anatômicos (diferença sexual) macho e fêmea e o "sexo psicológico".

O termo gênero estava sendo aplicado pelo psicólogo na socialização de crianças intersexos, que possuíam uma "ambiguidade" cromossômica, gonadal ou hormonal (Money, 1955). O psicólogo propõe que o sexo designado não era dependente da estrutura gonodal, e assim,

o conceito de gênero, não seria intrínseco a designação a partir da genital. Embora John Money tenha inserido o termo gênero nas discussões clínicas, os insucessos de sua carreira revelaram que não há como definir gênero de um sujeito pela escolha médica e/ou familiar - resultado do caso imortalizado na literatura médica como John/Joan.

Pessoas intersexos sofrem mutilações até os dias atuais em suas genitais por não corresponderem no momento do nascimento ao padrão estabelecido pela diferença sexual (Fausto-Sterling, 2006). Os genitores ou a equipe médica decidem, sem o consentimento do sujeito, qual será o gênero que este irá receber em casos de genitais ambíguos. Embora a literatura médica e social tenha avançado significativamente quanto ao entendimento que a intersexualidade não se trata de uma patologia, mas sim, de uma condição, hospitais em todo o mundo insistem na prática da mutilação a fim de sustentar a diferença sexual - macho e fêmea (Dos Santos et al., 2023).

Se no cenário clínico, o genital é removido, cauterizado ou ainda deformado para se fazer cumprir a norma binária da diferença sexual, no campo social, pessoas travestis, transgêneras, transmaculinas e não-binárias são marginalizadas, apagadas e assassinadas (Christofoletti da Silva Gabriel et al., 2022). Nascimento (2021) e Círico (2024) problematizam à luz do transfeminismo a compulsoriedade conservadora da sociedade cristã, patriarcal e genitalista de incluir todas as existências em definições simplistas que não abarcam toda a diversidade da vida.

Embora a discussão tenha sido agraciada recentemente na área clínica com o termo ‘gênero’ (século XX), as provocações e inquietações já aconteciam em essência no meio acadêmico, com destaque para as áreas da antropologia e sociologia. Nos anos 30 do século XX, a antropóloga Margaret Mead visitou três povos da nova Guiné, os Arapesh, Mundugumor e Tchambuli, com o objetivo de estudar o temperamento dos gêneros (tratados na obra como “sexo”). No povo Aapesh, os gêneros masculino e feminino eram ambos dóceis e suscetíveis; no povo Mundugumor, tanto o gênero masculino, quanto o gênero feminino, ambos eram agressivos e violentos; no povo Tchambuli, a antropóloga relata que o temperamento dos gêneros eram um contraste se comparados com as culturas ocidentais, o gênero feminino era o dominador, dirigente e impessoal, já o gênero masculino, era menos responsável e emocionalmente dependente da parceira (Mead, 1999).

A antropóloga, a partir da etnografia desenvolvida, concluiu que, a diferença sexual, tal como a conhecemos, não determinava os papéis ou comportamentos sociais nos povos da nova Guiné, mas sim, a cultura e o contexto. O “ser mulher” ou “ser homem” não estavam associados às características biológicas designadas no momento do nascimento, mas sim, na cultura em que os sujeitos estavam inseridos (Mead, 1999). O estudo desenvolvido por Mead (1999) décadas depois estaria alinhado com novas nomenclaturas, como os estudos de gênero elaborados nos anos 70 por Rubin (1975) e 90 por Scott (1995) que questionavam as estruturas opressoras da sociedade fundamentadas nas desigualdades de gênero para além do binário historicamente instituído e a dominação masculina sobre as demais identidades de gênero.

Juntamente nos anos 90 e início dos anos 2000 (século XX e XXI), a filósofa estadunidense Judith Butler propunha uma problematização do gênero nas categorias binária e biológica (natural), apesar da sociedade ainda estivesse apegada com o modelo da diferença sexual, Butler (2000) desconstruía em diálogo com autoras/es o gênero como bio-determinado, uma vez que, o gênero mantinha a estrutura binária de “macho” e “fêmea”. Os discursos políticos, clínicos e religiosos fomentaram os papéis de gênero, atribuindo a eles, a partir das “diferenças sexuais” as suas funções sociais. Para Butler (2000), o gênero não é determinado pela natureza, mas sim, pelas práticas coercivas e arbitrárias dos modelos biologizantes, de acordo com a autora,

o gênero não deriva do sexo designado no nascimento, mas sim de uma performance socialmente aprendida e reproduzida.

Butler (2000) dialoga com Beauvoir (1949), citando a memorável frase da autora: ninguém nasce mulher, torna-se mulher, o trecho que está presente na obra 'O Segundo Sexo' aponta que "ser mulher", não possui uma origem biológica, mas sim socia. O "ser" "homem/mulher" é ensinado, cristalizado e reproduzido. As definições das cores, vestimentas, profissões, cargos, responsabilidades, dentre outros papéis definidos socialmente por gênero, são ensinados e performados. Para Butler, o gênero é fluido e mutável, que se transforma e se refaz ao longo da história.

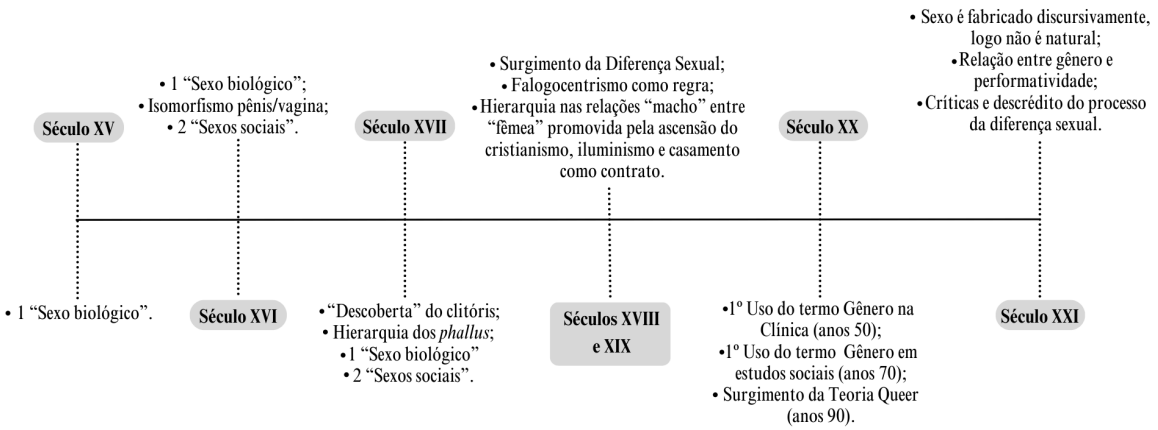

Figura 3: Linha do tempo gênero e sexo

Em síntese, segundo Mead (1999), Butler (2000) e Fausto-Sterling (2006), o gênero não possui uma definição binária natural; tampouco há papéis de ordem divina ou política. O gênero, da mesma forma que se estabelece por inúmeros processos de aprendizagem sociais e culturais, pode ser desafiado, desaprendido e reinventado. A figura 3 foi elaborada a fim de elucidar a trajetória interdisciplinar sobre gênero e sexo na história (século XV a XXI).

3 Identidades de Gênero Diversas

Na Figura 4, apresentamos as interações conceituais relacionadas às identidades de gênero: transgeneridades; travestilidades; transmasculinidades; não-binariedades; cisgeneridade; e binariedades, evidenciando assim a diversidade de identidades de gênero existentes.

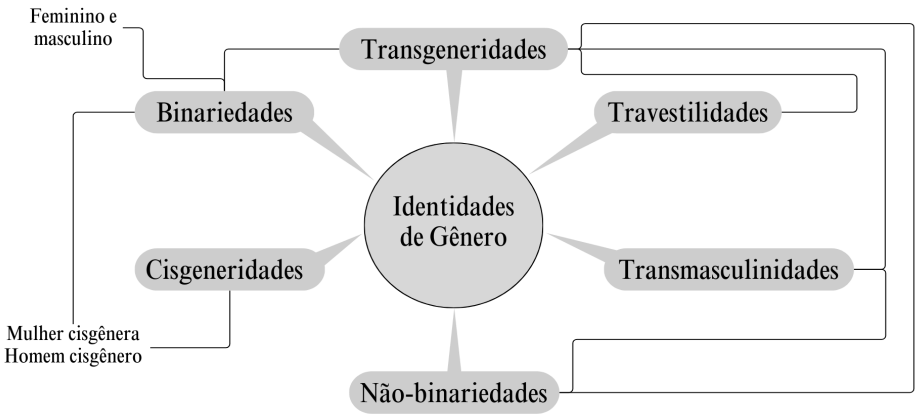

Figura 4: Identidades de Gênero

Em termos conceituais, cisgênero é quando a identidade de gênero coincide com ela designada no nascimento, o oposto de transgênero, quando a identidade de gênero não coincide com a designada no nascimento. Binário refere-se às categorias masculino e feminino, menino/homem, menina/mulher. Assim, pessoas não-binárias são pessoas que não se identificam integralmente com o binarismo de gênero (Mota et al., 2022). Travesti é uma identidade transgênera feminina e política de origem latina-americana (Feliciano, 2023). Transmasculinidades são pessoas que não se identificam integralmente como homem trans, mas que se identificam dentro do espectro das masculinidades não-hegemônicas (Ribeiro, 2018).

4 Trajetória Metodológica

Nosso estudo é de natureza exploratória e descritiva e com abordagem qualitativa, operacionalizado por meio de uma revisão crítica da literatura de artigos que mencionam o termo "gênero" em pesquisas da contabilidade. Para isso, optamos por realizar buscas pelos artigos diretamente no website dos periódicos nacionais de contabilidade com a classificação mais alta na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que se refere ao Qualis Capes A2, na área de "Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo", que possuem editorias de Programas de Pós-Graduação associados ou parceiros institucionais e que estão listados no website da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Ciências Contábeis (ANPCont).

Os termos de busca que utilizamos foram "gênero", "transgênero", "travesti", "transmasculino" e "não-binária", em português e inglês no item "buscar" de cada periódico. Após a filtragem com o uso dos termos de busca, 93 artigos foram obtidos/pré-selecionados pelo uso do termo "gênero" e nenhum artigo foi obtido com a utilização dos demais termos de busca. Identificamos que os artigos obtidos estão publicados em 5 dos 6 periódicos de contabilidade Qualis Capes A2 no Brasil, na área pesquisada.

Para a análise dos artigos pré-selecionados, a fase de seleção foi desenvolvida por meio de um critério de exclusão, sendo: I) Excluir o artigo que não aborde o termo "gênero" como sinônimo de identidade de gênero. Após a leitura dos artigos, 21 estudos foram excluídos pelo critério de exclusão estabelecido, por fazerem menção ao termo "gênero" como algum exemplo anteriormente mencionado, por exemplo, frases como: "algo do tipo/gênero", "desse formato/gênero". Portanto, após essa etapa, 72 artigos foram selecionados e são objetos da revisão crítica. Na Tabela 1, apresentamos os periódicos nacionais de contabilidade pesquisados e a quantidade de artigos obtidos em cada periódico investigado, após a utilização dos termos de busca, pré-seleção, aplicação do critério de exclusão e seleção dos artigos objetos desta revisão crítica.

Tabela 1
Revistas nacionais de contabilidade Qualis A2

Revista	Instituição	Quantidade de artigos
Advances in Scientific and Applied Accounting	ANPCont	17
Brazilian Business Review	FUCAPE/ES	9
Revista Brasileira de Gestão de Negócios	FECAP/SP	11
Revista Contabilidade & Finanças	FEA/USP	26
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	UFSC/SC	9
Total		**72**

Fonte: dados da pesquisa.

Para a revisão crítica da literatura acerca das categorias identitárias de gênero que foram mencionadas e visibilizadas [ou não] nos estudos, estabelecemos cinco questões norteadoras, direcionadoras para a análise das informações apresentadas, sendo: 1) O estudo apresenta o termo sexo ou gênero? 2) O estudo inclui pessoas transgêneras binárias (homens trans e mulheres trans)? 3) O estudo inclui as travestis? 4) O estudo inclui transmasculinidades? 5) O estudo inclui pessoas não-binárias? Os artigos foram lidos integralmente, objetivando responder às questões norteadoras. Em seguida, apresentamos as informações por periódico de contabilidade, seguindo a ordem das questões mencionadas.

5 Resultados e Discussão

Nesta seção apresentamos o resultado da revisão da literatura sobre a utilização do termo gênero nas pesquisas publicadas em periódicos nacionais de contabilidade Qualis A2, tendo em vista que esse é o maior extrato Qualis alcançado por revistas de contabilidade no Brasil. Na Tabela 2, apresentamos os 17 artigos na ASAA Journal, publicados entre 2011 e 2023.

Tabela 2
ASAA Journal

Periódico	Artigo	Ano	Apresenta o termo sexo ou gênero?	Inclui pessoas trans binárias?	Inclui Travestis?	Inclui Trans-masculinidades?	Inclui pessoas não-binárias ?
Advances in Scientific and Applied Accounting	1	2011	Gênero	Não	Não	Não	Não
	2	2011	Gênero	Não	Não	Não	Não
	3	2013	Gênero	Não	Não	Não	Não
	4	2014	Gênero	Não	Não	Não	Não
	5	2015	Gênero	Não	Não	Não	Não
	6	2019	Sexo	Não	Não	Não	Não
	7	2019	Sexo e Gênero	Não	Não	Não	Não
	8	2019	Sexo	Não	Não	Não	Não
	9	2020	Gênero	Não	Não	Não	Não
	10	2020	Gênero	Não	Não	Não	**Sim**
	11	2020	Gênero	Não	Não	Não	Não
	12	2020	Gênero	Não	Não	Não	Não
	13	2020	Gênero	Não	Não	Não	Não
	14	2020	Sexo	Não	Não	Não	Não
	15	2022	Gênero	Não	Não	Não	Não
	16	2022	Gênero	Não	Não	Não	Não
	17	2023	Gênero	Não	Não	Não	Não

Fonte: dados da pesquisa.

Observamos a presença do uso errôneo do termo “sexo” em 3 (18%) dos 17 artigos. Além disso, um estudo abordou os termos “sexo” e “gênero” erroneamente como se fossem sinônimos.

Apesar de 76% dos artigos apresentarem corretamente o termo "gênero" nos estudos, apenas o estudo de Meurer & Costa (2020a) apresentou e incluiu pessoas transgêneras não-binárias no bloco de informações sociodemográficas, onde os artigos costumam caracterizar o perfil da amostra. No entanto, destacamos que a inclusão foi parcial, tendo em vista que as outras identidades de gênero existentes não foram visibilizadas no estudo, como exemplo, as mulheres trans, travestis, homens trans e pessoas transmasculinas que, inclusive, não foram incluídas em nenhum dos 17 artigos analisados.

Diante da invisibilidade e apagamento das identidades não-cisgêneras nas pesquisas contábeis analisadas, questionamos: o processo de avaliação no sistema Double Blind Review, utilizado pela revista e que antecede a publicação é inclusivo? Pessoas avaliadoras inseridas em periódicos Qualis A2 em Ciências Contábeis no Brasil compreendem a importância da inclusão de todas as identidades de gênero existentes? Seguindo com os resultados do estudo, apresentamos na Tabela 3 os 9 artigos revisados na Revista BBR.

Tabela 3
Revista BBR

Periódico	Artigo	Ano	Apresenta o termo sexo ou gênero?	Inclui pessoas trans binárias?	Inclui Travestis?	Inclui Trans-masculinidades?	Inclui pessoas não-binárias ?
Brazilian Business Review	1	2015	Gênero	Não	Não	Não	Não
	2	2016	Sexo e Gênero	Não	Não	Não	Não
	3	2018	Gênero	Não	Não	Não	Não
	4	2019	Sexo e Gênero	Não	Não	Não	Não
	5	2020	Sexo e Gênero	Não	Não	Não	Não
	6	2021	Sexo e Gênero	Não	Não	Não	Não
	7	2021	Sexo e Gênero	Não	Não	Não	Não
	8	2023	Gênero	Não	Não	Não	Não
	9	2023	Gênero	Não	Não	Não	Não

Fonte: dados da pesquisa.

As pesquisas contábeis publicadas na Revista BBR, entre 2015 e 2023 e que apresentaram características pessoais das pessoas participantes das pesquisas não incluíram mulheres transgêneras, travestis, homens trans, pessoas transmasculinas e não-binárias, revelando um processo de exclusão as identidades não-cisgêneras que existem, são válidas, mas não são visualizadas por pessoas pesquisadoras que publicaram tais estudos. Nessa revista, identificamos o maior uso [errôneo] do termo "sexo" como se fosse sinônimo de "gênero", utilizado em uma perspectiva cisgênera e binária de gênero (masculino-homem, feminino-mulher). Na Tabela 4, apresentamos os 11 artigos selecionados que foram publicados na Revista RBGN entre 2009 e 2022.

Tabela 4
Revista RBGN

Periódico	Artigo	Ano	Apresenta o termo sexo ou gênero?	Inclui pessoas trans binárias?	Inclui Travestis?	Inclui Trans-masculinidades?	Inclui pessoas não-binárias ?
Revista Brasileira de Gestão de Negócios	1	2009	Gênero	Não	Não	Não	Não
	2	2013	Sexo e Gênero	Não	Não	Não	Não
	3	2014	Sexo e Gênero	Não	Não	Não	Não
	4	2016	Gênero	Não	Não	Não	Não
	5	2017	Sexo e Gênero	Não	Não	Não	Não
	6	2017	Sexo e Gênero	Não	Não	Não	Não
	7	2018	Sexo e Gênero	Não	Não	Não	Não
	8	2018	Sexo e Gênero	Não	Não	Não	Não
	9	2019	Gênero	Não	Não	Não	Não
	10	2020	Sexo e Gênero	Não	Não	Não	Não
	11	2022	Gênero	Não	Não	Não	Não

Fonte: dados da pesquisa.

Assim como o exposto sobre a realidade da revista BBR, observamos que as pesquisas contábeis publicadas nos últimos 13 anos na revista RBGN excluem pessoas não-cisgêneras, reforçando a cisnormatividade que pressupõem e impõem a cisgeneridade como uma norma social a ser seguida (Pontes & Silva, 2018). Além disso, identificamos o uso do masculino genérico na escrita dos artigos que, na área contábil que é masculina e masculinizante (Lima, Casa Nova & Vendramin, 2023) reforça o estereótipo do "perfil ideal" do homem, branco, cisgênero, heterossexual e sem deficiência (Círico & Silva, 2024) para atuação na contabilidade. Observamos o uso excessivo e errôneo do termo "sexo" como sinônimo de gênero.

Mota et al., (2022) salientam que o "sexo" está relacionado área biológica, a área da saúde, portanto, questionamos: Por que o termo é utilizado em pesquisas contábeis que é da área de Ciências Sociais Aplicadas? Sendo correta a utilização do termo "gênero", com a inclusão pela expansão da categoria identitária de gênero. Na Tabela 5, apresentamos os 25 artigos publicados na revista RC&F, entre 2015 e 2023.

Tabela 5
Revista RC&F

Periódico	Qualis	Artigo	Ano	Apresenta o termo sexo ou gênero?	Inclui pessoas trans binárias?	Inclui Travestis?	Inclui Trans-masculinidades ?	Inclui pessoas não-binárias?
Revista Contabilidade & Finanças	A2	1	2015	Gênero	Não	Não	Não	Não
		2	2017	Sexo e Gênero	Não	Não	Não	Não
		3	2018	Sexo e Gênero	Não	Não	Não	Não
		4	2018	Gênero	Não	Não	Não	Não
		5	2018	Sexo e Gênero	Não	Não	Não	Não
		6	2018	Gênero	Não	Não	Não	Não

		7	2019	Gênero	Não	Não	Não	Não
		8	2019	Sexo e Gênero	Não	Não	Não	Não
		9	2020	Sexo e Gênero	Não	Não	Não	**Sim**
		10	2020	Gênero	Não	Não	Não	Não
		11	2021	Sexo e Gênero	Não	Não	Não	Não
		12	2021	Sexo e Gênero	Não	Não	Não	Não
		13	2021	Gênero	Não	Não	Não	**Sim**
		14	2021	Gênero	Não	Não	Não	Não
		15	2021	Gênero	Não	Não	Não	Não
		16	2021	Sexo e Gênero	Não	Não	Não	Não
		17	2022	Gênero	Não	Não	Não	Não
		18	2022	Sexo e Gênero	Não	Não	Não	Não
		19	2022	Gênero	Não	Não	Não	Não
		20	2022	Gênero	Não	Não	Não	Não
		21	2022	Gênero	Não	Não	Não	Não
		22	2022	Sexo e Gênero	Não	Não	Não	Não
		23	2022	Sexo e Gênero	Não	Não	Não	Não
		24	2023	Gênero	Não	Não	Não	Não
		25	2023	Sexo e Gênero	Não	Não	Não	Não
		26	2023	Sexo e Gênero	Não	Não	Não	Não

Fonte: dados da pesquisa.

Observamos que 13 artigos (52%) utilizam corretamente o termo “gênero” nos estudos. Apesar disso, apenas 2 artigos (8%), referente aos estudos de Meurer & Costa (2020b) e Meurer, Sousa, Costa & Colauto (2021) que incluíram a transgeneridade de forma parcial, incluindo apenas as pessoas não-binárias. Além disso, recomendados as pessoas autoras utilizaram “Não-binária(o/e)” ao invés de “Agênero ou não binário” como estão utilizando em seus estudos, considerando que agênero é uma das múltiplas identidades não-binárias existentes.

Identificamos que os autores Meurer & Costa (2020a, 2020b) incluíram parcialmente pessoas trans não-binárias em estudos publicados em 2020, passados dois anos, Meurer & Costa (2022) publicaram um estudo na Revista RC&F utilizando “sexo”, erroneamente, como sinônimo de gênero, excluindo as pessoas não-binárias, considerando apenas o binarismo de gênero.

Tabela 6
Revista REPeC

Periódico	**Qualis**	**Artigo**	**Ano**	**Apresenta o termo sexo ou gênero?**	**Inclui pessoas trans binárias?**	**Inclui Travestis?**	**Inclui Trans-masculinidades?**	**Inclui pessoas não-binárias ?**
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	A2	1	2019	Sexo e Gênero	Não	Não	Não	Não
		2	2019	Sexo e Gênero	Não	Não	Não	Não
		3	2020	Gênero	Não	Não	Não	Não
		4	2021	Gênero	Não	Não	Não	**Sim**
		5	2022	Sexo e Gênero	Não	Não	Não	Não

		6	2022	Gênero	Não	Não	Não	Não
		7	2022	Gênero	Não	Não	Não	Não
		8	2023	Sexo e Gênero	Não	Não	Não	Não
		9	2023	Gênero	Não	Não	Não	Não

Fonte: dados da pesquisa.

Na Tabela 6, observamos que apenas um estudo incluiu, e de maneira parcial, pessoas não-binárias, referente o artigo de Sousa & Colauto (2021) que mencionou "Agênero ou Não-binário", sendo necessário destacar que pessoas agêneros são pessoas não-binárias e a não-binaridade é um termo guarda-chuva que contempla diversas identidades não-binárias.

Observamos que os 72 artigos (100%) não incluíram mulheres trans, travestis, homens trans e transmasculinidades nos estudos ao apresentarem as características das pessoas respondentes, ignorando a existência de outras identidades de gênero para além da cisbinariedade (homens cis e mulher cis). Apenas 4 artigos (6%) incluíram (parcialmente) pessoas trans não-binárias, ainda demandando de expansão na inclusão das categorias identitárias e de ajuste quanto a não-binariedade, ao invés de "Agênero ou Não-binário", para "Não-binária(o/e)", incluindo pessoas não-binárias que utilizam outros pronomes pessoais.

Identificamos que os artigos revisados que possuem abordagem quantitativa consideram gênero uma variável dummy, binária, logo, invisibilizando e excluindo todas as identidades de gênero não-cisgêneras existentes. Dos 72 artigos revisados, verificamos que 30 artigos (42%) ainda consideram erroneamente "sexo" como tendo o mesmo significado de "gênero", demandando por parte das pessoas pesquisadoras por um aprendizado sobre as diversas identidades de gênero existentes e válidas. Por mais que 54% dos artigos apresentam corretamente o termo gênero, todos excluíam identidades não-cisgêneras dos estudos.

Diante do exposto, considerando que as pesquisas contábeis são trans-excludentes, questionamos aos pesquisadores e pesquisadoras cisgêneros, bem como, aos periódicos nacionais de contabilidade: De que forma mulheres trans, travestis, homens trans, transmasculinidades e pessoas não-binárias podem se sentir pertencentes à área contábil, quando grande parte dos artigos desenvolvidos por pessoas cisgêneras ignoram suas existências?

Sobre os processos de tran-exclusão pesquisa contábil, compreendemos que os periódicos nacionais de contabilidade com Qualis Capes A2, objetos deste estudo, são co-responsáveis pela invisibilidade e apagamento de identidades não-cisgêneras nas pesquisas com seres humanos nas Ciências Contábeis e que abordam o marcador social de gênero, uma vez que recepciona os estudos trans-excludentes, avalia, aprova e os publica. Portanto, recomendamos que os periódicos se posicionem, apresentem diretrizes voltadas a orientar as pessoas autoras sobre o uso de linguagem inclusiva, para incluir, sem excluir a diversidade de identidades de gênero. A inclusão não deve ser parcial e seletiva, como está presente em 4 artigos (Meurer & Costa, 2020a, 2020b; Meurer et al., 2021; Sousa et al., 2021), a inclusão deve ser integral e efetiva.

6 Considerações Finais

O objetivo do nosso estudo foi revisar criticamente as pesquisas contábeis que abordaram gênero e que foram publicadas em periódicos de contabilidade do Brasil, com maior classificação na Capes (Qualis A2). Após a realização das buscas, pré-seleção, aplicação de critério de exclusão, 72 artigos foram considerados válidos para serem revisados, de forma crítica. Os achados revelam

processos de exclusão, invisibilidade e apagamento as identidades não-cisgêneros, como se considerassem válidos somente as identidades de pessoas cisgêneras e binárias (homens cis e mulheres cis) na contabilidade.

Observados que os 72 artigos (100%) excluíram as mulheres trans, travestis, homens trans e transmasculinidades e, apenas 4 artigos (6%) incluíram pessoas não-binárias de forma parcial, por não terem incluído as outras identidades não-cisgêneras acima mencionadas. Quanto ao uso de termos, identificamos quatro cenários distintos, I) artigos que utilizam erroneamente o termo sexo; II) artigos que utilizam os termos sexo e gênero simultaneamente, considerando erroneamente o termo "sexo" como sinônimo de gênero; III) artigos que utilizam corretamente o termo gênero mas em uma perspectiva cisgênera e binária; IV) artigos que utilizam corretamente o termo gênero, incluindo parcialmente pessoas não-binárias e excluindo mulheres trans, travestis, homens trans e transmasculinidades.

Diante dos achados da revisão, identificamos demandas urgentes para pessoas pesquisadoras em contabilidade, bem como, para os periódicos nacionais de Ciências Contábeis. É preciso que pesquisadoras e pesquisadores cisgêneros aprendam sobre a existência da diversidade de identidades de gênero, entendendo a importância de incluí-las nos questionários e nos roteiros de entrevista no bloco de informações sociodemográficas, além de apresentar a diversidade de identidades de gênero nos artigos.

Os periódicos nacionais de contabilidade são-corresponsáveis pelo processo de exclusão das pessoas trans e travestis nos estudos contábeis, uma vez que após recepcionar os artigos excludentes, encaminham para a avaliação editorial, revisão por pares, e quando um estudo excludente é publicado, isso significa que a revista chancelou a veracidade das informações apresentadas, logo, excluindo a diversidade identitária de gênero.

Assim, recomendamos para as revistas de contabilidade que se atentem a linguagem utilizada nos artigos, evitando masculino genérico, bem como, analisando as as informações apresentadas no bloco de características pessoais das pesquisas para que incluam efetivamente e integralmente a diversidade de identidades de gênero. As revistas podem orientar as pessoas avaliadoras que se atentem a essas informações, para que, uma vez que os artigos sejam publicados, possam servir de exemplo para estudos futuros.

Nosso estudo teve limitação quanto a amostra e o contexto pesquisado, dado que foram revisados artigos publicados em periódicos brasileiros com maior classificação na Qualis Capes (A2), e nesse sentido, sugerimos que estudos futuros possam pesquisar artigos em outras bases, que podem ser em revistas com Qualis A3 e A4, bem como, nas bases da SciELO, Scopus e Web of Science, e expandindo as revisões críticas por meio da busca de artigos em periódicos e sobre contextos internacionais.

Referências

Almeida, V.S. (2022). Sexo e Gênero: quando a lógica categorial da modernidade os invisibiliza. *Revista Científica Gênero na Amazônia*. http://dx.doi.org/10.18542/rcga.v0i20.13351

Anjos, L. G. D. S. D., Furtado, P. D. M. L., Silva, S. M. C. D., Sauerbronn, F. F., Casa Nova, S. P. D. C., & Cruz, C. F. D. (2023). Um Retrato da Desigualdade Racial no Mercado Contábil Produzido pela Ótica das Mulheres Negras do Rio de Janeiro. *Pensar Contábil*, 25(86).

Beauvoir, S. D. (1949). *O segundo sexo: fatos e mitos* (ed.). Editions gallimard. Nova fronteira. R. de janeiro.

Butler, J. (2000). *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"*. O corpo educado: pedagogias da sexualidade, 2.

Butler, J. (2018). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Editora José Olympio.

Butler, J. (2020). *Corpos Que Importam: os limites discursivos do "sexo"*. n-1 edições.

Christofoletti da Silva Gabriel, L. C., De Souza, M., & Angeli, G. (2022). Subjetividade e Diferença Sexual: Análises do Falogocentrismo na Psicanálise e no Feminismo Pós-estruturalista. *Revista Interamericana de Psicologia/Revista Interamericana de Psicologia*. https://doi.org/10.30849/ripijp.v56i1.1728

Círico, J. (2024). Vozes da resistência: vivências de pessoas transgêneras e travestis na contabilidade brasileira (Tese de Doutorado em Ciências Contábeis). Universidade Federal de Uberlândia. http://doi.org/10.14393/ufu.te.2024.280

Círico, J., & Silva, M. A. (2024). AAAJ Literature and Insights Resist to exist in accounting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 37(1). https://doi.org/10.1108/AAAJ-01-2024-

Círico, J., Telles, R. S., & Galvão, C. R. (2021). *(TRANS)formando vidas: uma discussão sobre diversidade em organizações contábeis*. Belém: RFB.

Cixous, H., Clément, C., Wing, B., & Gilbert, S. M. (1986). *The Newly Born Woman/La jeune née. Trans*. Betsy Wing, Intro. Sandra M. Gilbert, U of Minnesota P.

Derrida, J., Roudinesco, E. (2004). De que amanhã: diálogo. Zahar.

Dos Santos, T. E. de C., da Cunha, L. R., & Martins, R. A. (2023). O Registro de Crianças Intersexo no Brasil. *Revista Contemporânea*, 3(9), 14270–14294. https://doi.org/10.56083/RCV3N9-043

Egan, M. (2021). Diversity, inclusion, and the opportunities for accounting research. *Social and Environmental Accountability Journal*, 41(3), 201-207.

Fausto-Sterling, A. (2006). *The five sexes, revisited*. The Social Construction of Difference and Inequality, 120-127.

Feliciano, K. O. (2023). Orgulho de ser travesti: a ressignificação da identidade social travesti como estratégia de resistência. *Humanidades em Perspectivas*, *7*(16), 120-137.

Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Paz e Terra (pp. 152-152).

Laqueur, T., & Whately, V. (2001). *Inventando o sexo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Lattanzio, F. F., & de Carvalho Ribeiro, P. (2018). Nascimento e primeiros desenvolvimentos do conceito de gênero. *Psicologia Clínica*, *30*(3), 409-425. http://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0030n03A01

Lima, J. P. R., Casa Nova, S. P. D. C., & Vendramin, E de O. (2023). Sexist academic socialization and feminist resistance:(de) constructing women's (dis) placement in Brazilian accounting academia. *Critical Perspectives on Accounting*, 102600.

Mead, M. (1999). Sexo e Temperamento. Perspectiva. São Paulo: Ed. 1

Meurer, A. M., & Costa, F. (2020a). E se a máscara cair? Fenômeno impostor, características pessoais e background familiar dos pós-graduandos stricto sensu da área de negócios. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 103-124.

Meurer, A. M., & Costa, F. (2020b). Eis o melhor e o pior de mim: fenômeno impostor e comportamento acadêmico na área de negócios. *Revista Contabilidade & Finanças*, 31, 348-363.

Meurer, A. M., Sousa, R. C. D. S., Costa, F., & Colauto, R. D. (2021). Sentimentos percebidos pelos orientandos nas fases de orientação das dissertações em contabilidade. *Revista Contabilidade & Finanças*, 32, 158-173.

Meurer, A. M., & Costa, F. (2022). Compartilhar, curtir, navegar e não estudar! Cyberloafing de estudantes de Ciências Contábeis. *Revista Contabilidade & Finanças*, 33, e1581.

Nascimento, L. (2021). Transfeminismo. Editora Jandaíra.

Pombo, M. (2019). Estrutura ou dispositivo: como (re)pensar a diferença sexual hoje? *Revista Estudos Feministas*. https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254194

Pontes, J. C., & da Silva, C. G. (2017). Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. *Revista Periódicus*, 1(8), 396-417.

Preciado, P. B. (2022). *Eu sou o monstro que vos fala: Relatório para uma academia de psicanalistas*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

Ribeiro, A. F. (2018). Experiências transmasculinas: o limiar entre corpo, gênero e desejo na constituição de um sentido de si. (Tese de Doutorado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador.

Rumens, N. (2016). Sexualities and accounting: A queer theory perspective. *Critical Perspectives on Accounting*, 35, 111-120.

Rubin, G. (1975). O tráfico de mulheres: Notas sobre a “economia política” do sexo.

Scott, JW, Louro, GL e Silva, TTD (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. *Educação & realidade*. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99 .

Silva, S. M. C. (2016). Tetos de vitrais: gênero e raça na contabilidade no Brasil. Tese de Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/T.12.2016.tde-03082016-111152.

Sousa, R. C. D. S., & Colauto, R. D. (2021). Gerações Y e Z no stricto sensu em Contabilidade e seus valores relativos ao trabalho. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 15(4).

Souza, M. S., & Silva, M. A. (2023). Acessibilidade e inclusão na graduação em ciências contábeis: Uma discussão acerca do conhecimento e envolvimento. *Education Policy Analysis Archives*, 31.